



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Poder Legislativo

2021/2024

INTRODUÇÃO

Em cumprimento a determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, de acordo com os artigos 31,70 e 74 da CF, bem como artigo 54, parágrafo único e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal e, também do artigo 38, § 5º, da Lei Orgânica Municipal, segue relatório das atividades realizadas no corrente mês.

Referência: Mês Julho 2022

1 – CONTRATO

Não houve

2 Das Audiências Públicas.

NÃO HOUE

3 Das recomendações do Controle Interno.

Não há.

4 SESSÕES PLENÁRIAS –

5

PRESENCAS –

Sessão ordinária realizada em 05/07/2022 – PRESENÇA TOTAL

2 Sessões extraordinárias realizada em 12/07/2022 – faltou Silas Ferreira

Filho

RECESSO PARLAMENTAR



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Poder Legislativo

2021/2024

5 Presença de funcionários

Julho – 2022 -

LICENÇAS – NÃO HOUE

FÉRIAS – NÃO HOUE

FALTAS JUSTIFICADAS – NÃO HOUE

ATESTADOS MÉDICOS – NÃO HOUE

FALTAS ABONADAS – NÃO HOUE

HORAS EXTRAS – NÃO HOUE

6 Conclusões Finais

Em cumprimento ao artigo 66 da instrução nº 01/2020, editada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e após verificar os serviços executados por esta Casa, não constatei nada que se caracterizasse como irregular, não existindo no período de 01 a 31 de julho de 2022, nenhum fato que pudesse violar qualquer princípio constitucional de que trata a citada instrução.

Marcia Cristina Pópulo da Silva
Responsável pelo Controle Interno



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Poder Legislativo

2021/2024

Rua Romeu Zanetti – nº 600 – Centro –

Divinolândia – SP - CEP: 13780-000

Site: www.camaradivinolandia.sp.gov.br

Fone/Fax (19) 3663-1513/ (19) 3663-1955

E-mail: camara@camaradivinolandia.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Poder Legislativo

2021/2024

Rua Romeu Zanetti – nº 600 – Centro –

Divinolândia – SP - CEP: 13780-000

Site: www.camaradivinolandia.sp.gov.br

Fone/Fax (19) 3663-1513/ (19) 3663-1955

E-mail: camara@camaradivinolandia.sp.gov.br



Camara Municipal de Divinolândia

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO JULHO / 2022



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

Apresentação

O Controle Interno da Camara Municipal de Divinolândia, embasado no regulamento nº 22/2014 de 16 de Julho de 2014 em atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/1964 e Comunicado SDG 035/2015 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, apresenta o **Relatório de Controle Interno do mês de julho do exercício de 2022**.

As análises apresentam a situação orçamentária, financeira e patrimonial, e as informações foram extraídas dos arquivos xml remetidos pela municipalidade para o Sistema Audeps.

O relatório está de acordo com normas aplicáveis ao Controle Interno e foi elaborado em concordância com os artigos 66, 67 e 68 das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O responsável pelo Controle Interno na conclusão de seus trabalhos, apresenta as análises realizadas, abordando os seguintes itens:

- 01. Avaliação da Gestão Orçamentária**
- 02. Avaliação das Alterações Orçamentárias**
- 03. Avaliação da Execução Financeira**
- 04. Avaliação dos Restos a Pagar**
- 05. Avaliação das Conciliações Bancárias**
- 06. Avaliação das Despesas com Pessoal**
- 07. Limite Total da Despesa Legislativa (art. 29-A CF)**
- 08. Limite p/ Gasto com Folha de Pagamento (§1º, art. 29-A CF)**
- 09. Limite Subsídio Vereador x Deputado Estadual (art.29, VI, CF)**
- 10. Limite Subsídio Vereadores - 5% da Rec. Munic. (art. 29, VII, CF)**
- 11. Avaliação do Repasse de Duodécimo**
- 12. Avaliação do Recolhimento com Encargos Sociais**
- 13. Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis**
- 14. Avaliação das Licitações e Contratações Diretas**
- 15. Avaliação de Estoques em Almoxarifado**
- 16. Despesas com Adiantamento**
- 17. Processos Legislativos**
- 18. Avaliação das Ações de Governo Previstas no Orçamento**
- 19. Portal de Transparência**
- 20. Conclusão**



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

01. Avaliação da Gestão Orçamentária

A execução orçamentária apresentada no quadro a seguir, demonstra os repasses financeiros a serem recebidos ao longo do exercício e seu resultado em relação a despesa empenhada, liquidada e paga.

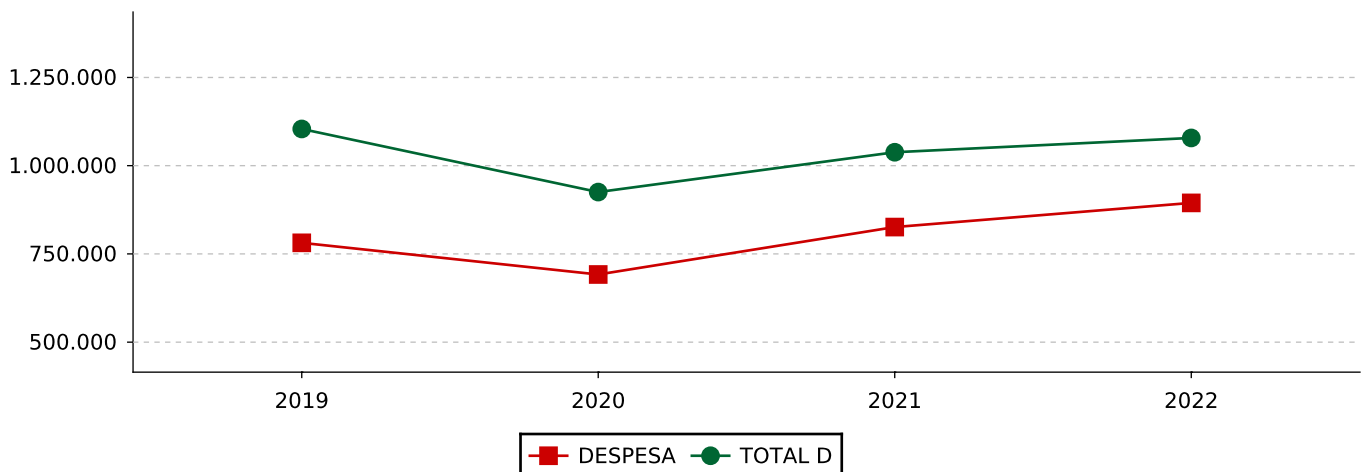
01.01. Resultado da execução orçamentária

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISTO ATÉ O MÊS		REALIZADO NO MÊS	REALIZADO ATÉ O MÊS		% AH
REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO	1.078.500,00	629.125,00		89.875,00	629.125,00		58,33
TOTAL DE REPASSES	1.078.500,00	629.125,00		89.875,00	629.125,00		58,33
	PREVISTO ATÉ O MÊS	EMPENHADO	% AH	LIQUIDADO	% AH	PAGO	% AH
DESPEZA CORRENTE	1.061.000,00	557.948,94	88,68	521.851,94	82,94	521.201,94	82,84
DESPEZA DE CAPITAL	17.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DESPESA	1.078.500,00	557.948,94	88,68	521.851,94	82,94	521.201,94	82,84
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		71.176,06	11,31	107.273,06	17,05	107.923,06	17,15

De acordo com o comportamento das receitas arrecadadas e despesas empenhadas, foi constatado o resultado orçamentário superavitário na despesa empenhada, liquidada e paga.

01.03. Receita x despesa dos últimos exercícios

No gráfico a seguir demonstramos o comparativo entre a receita realizada e despesa liquidada dos últimos três exercícios, e a projeção para o exercício atual de acordo com a metodologia descrita abaixo o quadro.



Nota Explicativa: O método de cálculo para projeção de receitas e despesas considera o valor arrecadado e liquidado até o período, dividido pelo número de meses até o mês atual e multiplicado pelos meses restantes do exercício.

01.02. Resultado da execução orçamentária por fonte de recurso

No quadro abaixo demonstramos o Resultado Orçamentário calculado pela Despesa Empenhada e Fonte de Recurso.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

ANÁLISE POR FONTES DE RECURSOS				
	ARRECADADA	EMPENHADA	RESULTADO	%
RECURSOS PRÓPRIOS	1.078.500,00	557.948,94	520.551,06	48,26
TOTAL DA RECEITA	1.078.500,00	557.948,94	520.551,06	48,26

De acordo com a tabela acima, constata-se um resultado orçamentário superavitário na fonte de recurso próprio na ordem de **R\$ 520.551,06**, que corresponde a **48,26%** do saldo orçamentário disponível.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

02. Avaliação das Alterações Orçamentárias

02.01. Percentual de alterações orçamentárias

O quadro a seguir apresenta as alterações orçamentárias mediante abertura de créditos adicionais previstos pela Lei Federal n. 4.320/64 e transposição, remanejamento e transferência autorizados na Lei de Diretrizes Orçamentária e Constituição Federal.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS								
LEGISLAÇÃO			SUPLEMENTAÇÃO			ESPECIAL/EXTRAORDINÁRIO		
NÚMERO	LEI	DATA	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT/OPER. CRÉDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT/OPER. CRÉDITO
DEC 3240/2022	LOA	8/2/22	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL			1,16%			0,00%		

Conforme apresentado no quadro acima, as alterações orçamentárias mediante abertura de créditos suplementares foram na ordem **1,15%** e os créditos especiais e extraordinários representaram **0,00%** da despesa inicial fixada (**R\$ 1.078.500,00**).

02.02. Alterações orçamentárias por decreto

No quadro abaixo demonstramos as alterações orçamentárias abertos com base na autorização prevista na Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentária.

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS POR DECRETO		
Tipo de Crédito	LOA	LDO
Suplementação	12.500,00	0,00
Especial/Extraordinário	0,00	0,00
TOTAL	12.500,00	0,00
% DA DESPESA FIXADA INICIAL (1.078.500,00)	1,16%	0,00%

Como podemos observar, no quadro acima, os créditos adicionais abertos com base na autorização prevista na Lei Orçamentária Anual foram na ordem de **1,16%** da despesa inicialmente fixada, ficando abaixo do limite autorizado na Lei Orçamentária Anual (percentual autorizado de **20,00%**).



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

03. Avaliação da Execução Financeira

03.01. Resultado da execução financeira

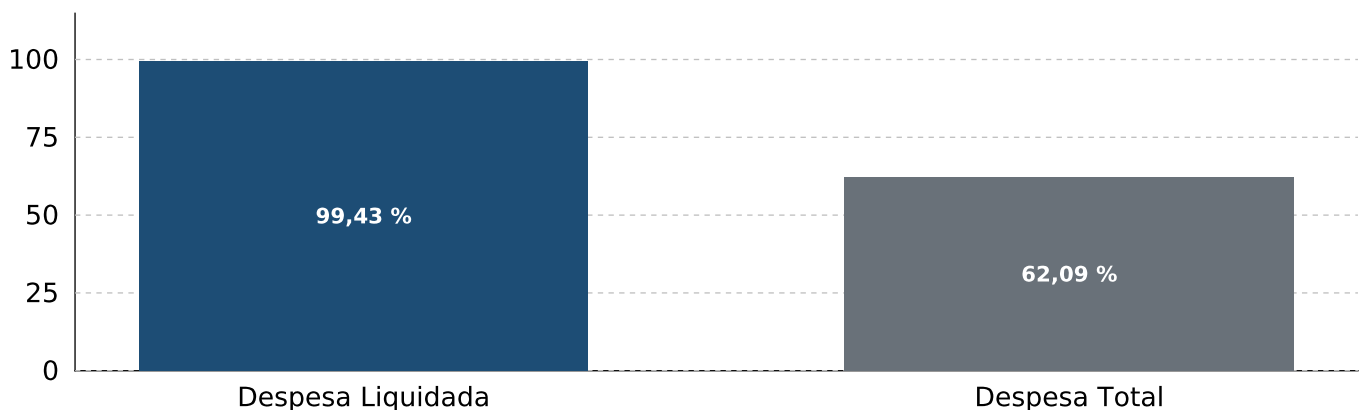
A execução financeira apresentada no quadro a seguir, especifica o resultado dos saldos de bancos com as despesas liquidadas e não liquidadas a pagar.

RESULTADO FINANCEIRO	EXERC. ANTERIOR	%	EXERC. ATUAL	%
ATIVO FINANCEIRO ¹	0,00		114.622,17	
(-) DESPESAS À PAGAR - LIQUIDADAS ²	0,00	0,00	650,00	99,43
(=) DÉFICIT/SUPERÁVIT PELA DESPESA LIQUIDADADA	0,00		113.972,17	
PASSIVO FINANCEIRO ³	0,00		43.446,11	
(=) DÉFICIT/SUPERÁVIT PELA DESPESA TOTAL	0,00	0,00	71.176,06	62,09

Nota Explicativa: ¹Ativo Financeiro: Disponibilidades e Haveres Financeiros, ²Despesas à Pagar - Liquidadas: Despesas a pagar processadas de curto prazo, ³Passivo Financeiro: Todas as despesas a pagar processadas e não processadas.

Abaixo o gráfico com o resultado financeiro da despesa liquidada a pagar e despesa total a pagar.

Resultado Financeiro



Conclui-se do quadro acima um Resultado Financeiro superavitário, demonstrando que a Câmara possui disponibilidade financeira frente as despesas a pagar liquidadas, constatando neste caso que a disponibilidade financeira é superior as despesas efetivamente realizadas e pendentes de pagamento.

03.02. Resultado da execução financeira por fonte de recurso

Em outra análise, quando comparada a disponibilidade financeira frente as despesas a pagar LIQUIDADAS e as ainda NÃO LIQUIDADAS, constata-se um Resultado Financeiro superavitário.

DESCRIÇÃO	BANCOS/CAIXA	RESTOS PAGAR EXERC. ANTER.		À PAGAR NO EXERCÍCIO	RESULTADO	%
		PROCESSADO	NÃO PROC. LIQ.			
1 - RECURSOS PRÓPRIOS	114.622,17	0,00	0,00	650,00	113.972,17	99,43
TOTAL	114.622,17	0,00	0,00	650,00	113.972,17	99,43

De acordo com a tabela acima, constata-se um resultado orçamentário superavitário na fonte de Recurso Próprio na ordem de **R\$ 113.972,17**, que corresponde a **99,43%** do saldo bancário disponível.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

04. Avaliação dos Restos a Pagar

No quadro a seguir apresentamos o saldo dos restos a pagar processados e não processados detalhado por fonte de recurso.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR					
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS	SALDO EXEC.ANTERIOR	PAGAMENTOS	CANCEL.	INSCRIÇÃO	SALDO
91 - RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS	SALDO EXEC.ANTERIOR	PAGAMENTOS	CANCEL.	INSCRIÇÃO	SALDO
91 - RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL ()	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Constata-se até o período analisado que o aumento do estoque de restos a pagar, na ordem de **R\$ 0,00**, representou **0%** em relação ao saldo apresentado no encerramento do exercício anterior.

Em outra análise, conforme o demonstrado acima, o valor pago e cancelado representaram até o período, respectivamente, **0%** e **0%** dos restos a pagar, demonstrando que existe uma tendência de quitação dos restos a pagar até o término do exercício.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

05. Avaliação das Conciliações Bancárias

O quadro a seguir demonstra as conciliações bancárias comparando o saldo da contabilidade com o saldo do extrato bancário.

CONTA BANCÁRIA	BANCO	SALDO CONTABILIDADE	DIFERENÇA
BANCO DO BRASIL S.A. / 2026-5 / 100116-7	114.622,17	114.622,17	0,00

De acordo com o quadro acima, verifica-se que não existe diferença da contabilidade para o extrato bancário, demonstrando que não existe conta bancária com lançamentos pendentes.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

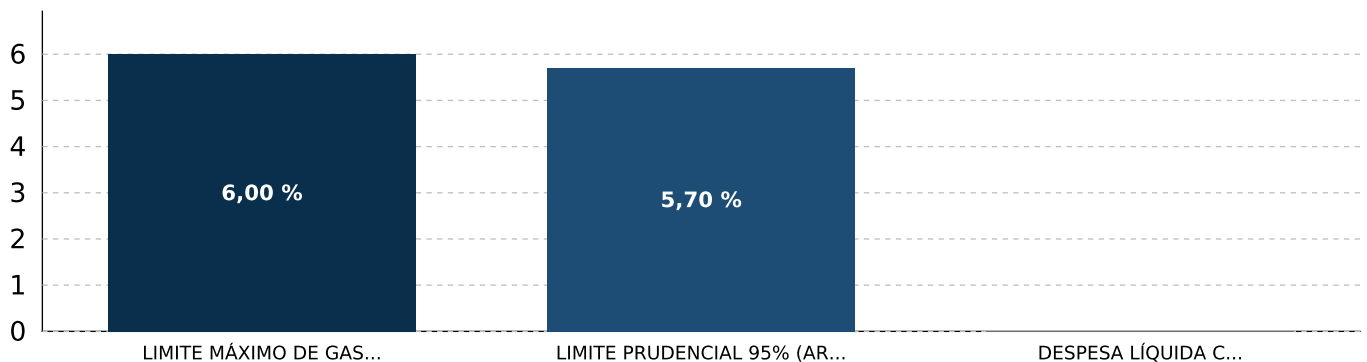
06. Avaliação das Despesas com Pessoal

O quadro a seguir apresenta análise do percentual da Despesa Líquida com Pessoal do Poder Legislativo Municipal, comparada com a Receita Corrente Líquida do Município.

DESPESA COM PESSOAL				
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ANTERIOR		JULHO/2022	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	44.434.603,37		0,00	
LIMITE MÁXIMO DE GASTO (ART. 20 LRF)	2.666.076,20	6,00	0,00	6,00
LIMITE PRUDENCIAL 95% (ART. 22 LRF)	2.532.772,39	5,70	0,00	5,70
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	658.418,26	1,48	671.826,10	0,00

Abaixo segue o gráfico referente ao percentual aplicado com despesa de pessoal em comparação ao limite máximo e limite prudencial.

Despesas com Pessoal



Verificamos que a despesa líquida com pessoal representou até o período analisado **0,00%** da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite previsto no art. 20, inciso III da Lei Complementar 101, de 04/05/2000.

Tendo em vista que o percentual apurado não excedeu o limite de **95%** previsto no art. 22, parágrafo único da Lei Complementar citada anteriormente, o Poder Legislativo não está sujeito às vedações impostas nos incisos I a V do mesmo dispositivo.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

07. Limite Total da Despesa Legislativa (art. 29-A CF)

O quadro a seguir apresenta o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos.

LIMITE DA DESPESA LEGISLATIVA	VALOR
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	11.208
REC. TRIBUTÁRIA AMPLIADA DO EXERC. ANTER. (A)	33.904.756,24
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO PARA REPASSE	7,00
VALOR MÁXIMO PERMITIDO PARA REPASSE	2.373.332,94
VALOR DOS REPASSES PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO	1.078.500,00
TOTAL DE DESPESAS REALIZADAS ATÉ O PERÍODO (B)	629.125,00
PERCENTUAL REALIZADO (C = B/A*100)	1,85

Fonte: População: Censo IBGE 2010; Receita Trib. Ampliada: Manual de Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais de 2016 (pág. 45)

Verifica-se que a despesa realizada pelo Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não ultrapassou o percentual relativo ao somatório da Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior, portanto, atende ao limite do artigo 29-A da Constituição Federal de 1988.

Abaixo apresentamos a Base de Cálculo do Repasse à Câmara de Vereadores - Receita Tributária Ampliada do Município arrecadada no exercício anterior.

RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	832.088,28
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	1.721.971,65
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	2.534,54
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	102.753,28
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	41.481,16
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	455.711,38
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - MULTAS E JUROS	852,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - PRINCIPAL	581.044,56
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - PRINCIPAL	1.696.747,38
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	14.231.009,42
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRINCIPAL	623.762,51
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - PRINCIPAL	550.999,09
COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	83.776,92
COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	10.801.632,58
COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	2.088.278,93
COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	80.466,11
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	9.646,45
TOTAL	33.904.756,24



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

08. Limite p/ Gasto com Folha de Pagamento (§1º, art. 29-A CF)

O quadro a seguir apresenta o limite constitucional para gastos com folha de pagamento, comparado com o repasse financeiro da Prefeitura Municipal.

LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO	VALOR (R\$)
TRANSFERÊNCIA TOTAL DA PREFEITURA	629.125,00
INATIVOS PAGOS COM ORÇAMENTO LEGISLATIVO	0,00
TRANSFERÊNCIA LÍQUIDA	629.125,00
DESPESA TOTAL COM FOLHA DE PAGAMENTO	391.156,98
INATIVOS PAGOS COM ORÇAMENTO LEGISLATIVO	0,00
ENCARGOS SOCIAIS	73.118,67
DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO	318.038,31
PERCENTUAL (DESPESA FOLHA PAGTO/TRANSF. REALIZADAS)	50,55
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO	70,00

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Manual: O Tribunal e a Gestão Financeira das Câmaras de

Constata-se que as despesas com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, não superou **70%** das Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura Municipal, não excedendo, portanto, o limite previsto § 1º, art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

Referente ao limite de 70% da folha de pagamento, a legislação exclui do cômputo da apuração os gastos com encargos patronais, inativos e contratos de terceirização que substituem servidores.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

09. Limite Subsídio Vereador x Deputado Estadual (art.29, VI, CF)

O quadro a seguir apresenta a observância da limitação dos subsídios de vereadores com base no subsídio dos deputados estaduais.

LIMITE SUBSÍDIO VEREADOR	VALOR (R\$)
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	11.208
SUBSÍDIO DEPUTADO ESTADUAL	25.322,25
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO	30,00
VALOR LIMITE	7.596,68
COMPARAÇÃO INDIVIDUAL	
SUBSÍDIO DO VEREADOR	2.307,01
SUBSÍDIO DO PRESIDENTE	4.614,02
DIFERENÇA A MENOR	5.033,34
COMPARAÇÃO GERAL	
NÚMERO DE VEREADORES	9
NÚMERO DE MESES	7
SUBSÍDIOS DOS VEREADORES	161.490,70
VALOR MÁXIMO PARA VEREADORES	478.590,84
DIFERENÇA A MENOR	317.100,14

Fonte: Censo IBGE 2010

Constata-se que o subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara, fixados em **R\$ 161.490,7**, não superou o subsídio dos Deputados Estaduais, não excedendo, portanto, o limite previsto no art. 29, Inciso VI da Constituição Federal de 1988.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

10. Limite Subsídio Vereadores - 5% da Rec. Munic. (art. 29, VII, CF)

O quadro a seguir demonstra se foi observado o limite constitucional de gastos com remuneração a vereadores do Poder Legislativo Municipal.

DESPESA COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	VALOR
REC. TRIBUTÁRIA AMPLIADA DO EXERC. ANTER.	33.904.756,24
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO - 5%	1.695.237,81
TOTAL DE DESPESAS REALIZADAS ATÉ O PERÍODO	160.337,20
PERCENTUAL GASTO	0,47

Fonte: População: Censo IBGE 2010; Receita Trib. Ampliada: Manual de Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais de 2016 (pág. 45)

Abaixo apresentamos a Base de Cálculo do Repasse à Câmara de Vereadores - Receita Tributária Ampliada do Município arrecadada no exercício anterior.

RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	832.088,28
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	1.721.971,65
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	2.534,54
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	102.753,28
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	41.481,16
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	455.711,38
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - MULTAS E JUROS	852,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - PRINCIPAL	581.044,56
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - PRINCIPAL	1.696.747,38
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	14.231.009,42
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRINCIPAL	623.762,51
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - PRINCIPAL	550.999,09
COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	83.776,92
COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	10.801.632,58
COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	2.088.278,93
COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	80.466,11
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	9.646,45
TOTAL	33.904.756,24



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

11. Avaliação do Repasse de Duodécimo

O demonstrativo a seguir apresenta o valor fixado na Lei Orçamentária Anual para o Legislativo comparado com a transferência financeira realizada pelo Poder Executivo.

MÊS	FIXADO	REPASSADO	%	DEVOLVIDO
Janeiro	89.875,00	89.875,00	100,00	0,00
Fevereiro	89.875,00	89.875,00	100,00	0,00
Março	89.875,00	89.875,00	100,00	0,00
Abril	89.875,00	89.875,00	100,00	0,00
Mai	89.875,00	89.875,00	100,00	0,00
Junho	89.875,00	89.875,00	100,00	0,00
Julho	89.875,00	89.875,00	100,00	0,00
Agosto	89.875,00	0,00	0,00	0,00
Setembro	89.875,00	0,00	0,00	0,00
Outubro	89.875,00	0,00	0,00	0,00
Novembro	89.875,00	0,00	0,00	0,00
Dezembro	89.875,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.078.500,00	629.125,00	58,33	0,00

Em outra análise, no quadro a seguir apresentamos a evolução dos repasses ao legislativo e a devolução do legislativo para o executivo nos últimos três exercícios.

ANO	REPASSADO	%	DEVOLVIDO	%
2019	1.104.000,00	0,00	322.604,01	0,00
2020	925.200,00	-16,19	233.491,39	-27,62
2021	1.038.000,00	12,19	211.928,76	-9,23

Conforme apresentado no quadro acima constata-se que o valor repassado ao Poder Legislativo atende ao valor fixado para o período, demonstrando o cumprimento ao art. 29-A, paragrafo 2º, inciso III da Constituição Federal de 1988.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

12. Avaliação do Recolhimento com Encargos Sociais

12.01. Despesa com Encargos Sociais

A seguir apresentamos a despesa empenhada, liquidada e paga no mês com recolhimentos de encargos sociais.

DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS NO MÊS				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
31901302	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	4.844,72	4.844,72	4.844,72
31911308	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RPPS - PESSOAL ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO - INTRA OFSS	6.510,97	6.510,97	6.510,97
TOTAL		11.355,69	11.355,69	11.355,69

Em outra análise, conforme quadro abaixo, apresentamos a despesa empenhada, liquidada e paga acumuladas até o mês e o saldo pagar de encargos sociais.

12.02. Empenhos a pagar

DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS ATÉ O MÊS						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO PAGAR PELO EMPENHADO
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	34.686,52	34.686,52	34.686,52	0,00
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31911308	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS -	0,00	38.432,15	38.432,15	38.432,15	0,00
TOTAL		170.000,00	73.118,67	73.118,67	73.118,67	0,00

SALDOS DE ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR PELO EMPENHADO ATÉ O MÊS							
						0,00	0,00%

Conforme demonstrado acima, o valor empenhado, liquidado e pago com encargos sociais representou até o período, respectivamente, **43,01%**, **43,01%** e **43,01%** da despesa autorizada para o exercício.

No quadro a seguir apresentamos o saldo dos restos a pagar processados e não processados inscritos no período.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	RP EXERCÍCIO ANTERIOR	RP PAGO	RP CANCELADO	RP INSCRIÇÃO	SALDO DE RP
31901302	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	4.844,72	4.844,72	0,00	0,00	0,00
TOTAL		4.844,72	4.844,72	0,00	0,00	0,00

Conforme o demonstrado acima, o valor pago e cancelado representou até o período, respectivamente, **100,00%**, e **0,00%** dos restos a pagar.

12.03. Encargos Sociais dos últimos exercícios

A seguir, demonstramos o gráfico com os valores pagos com encargos sociais nos últimos três exercícios.

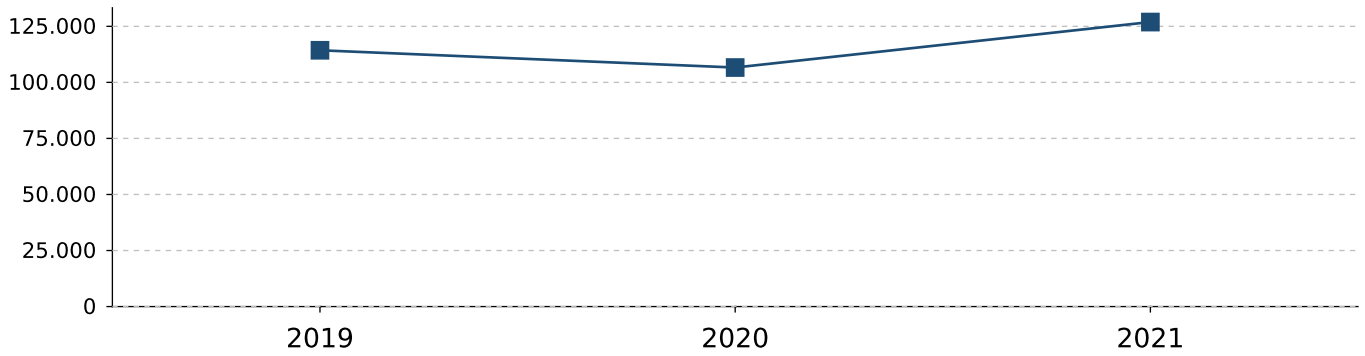


Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

EXERCÍCIO	VALOR
2019	114.336,50
2020	106.610,86
2021	126.909,95





Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

13. Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis

13.01. Execução orçamentária x Repasse Financeiro

O quadro a seguir demonstra o valor autorizado na Lei Orçamentária para investimento em obras, equipamentos e aquisição de imóveis, comparado com a despesa liquidada.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS							
RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS	AUTORIZADO	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
OBRAS E INSTALAÇÕES	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL	15.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS	17.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO						629.125,00	
PERCENTUAL DE INVESTIMENTO SOBRE REPASSE						0,00 %	

Conforme demonstrado, verifica-se que não houve despesa com investimentos.

13.02. Variação do ativo imobilizado

Apresentamos a seguir as movimentações contábeis dos Bens Móveis e Imóveis, registrados no sistema de contabilidade e transmitido para o Sistema AUESP.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO ATUAL	AH
123100000	BENS MÓVEIS	140.086,89	0,00	0,00	140.086,89	0,00
123110100	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	59.331,25	0,00	0,00	59.331,25	0,00
123110200	BENS DE INFORMÁTICA	8.764,30	0,00	0,00	8.764,30	0,00
123110300	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	56.344,33	0,00	0,00	56.344,33	0,00
123119900	DEMAIS BENS MÓVEIS	15.647,01	0,00	0,00	15.647,01	0,00
123200000	BENS IMÓVEIS	164.000,00	0,00	0,00	164.000,00	0,00
123210100	BENS DE USO ESPECIAL	164.000,00	0,00	0,00	164.000,00	0,00
123800000	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123000000	TOTAL	304.086,89	0,00	0,00	304.086,89	0,00

A seguir, demonstramos o gráfico com os valores liquidados de investimentos nos últimos três exercícios, e a projeção do valor do exercício atual seguindo o método descrito sob o quadro.

13.03. Evolução dos Bens Móveis e Imóveis dos últimos exercícios

EXERCÍCIO	VALOR
2019	22.219,08
2020	4.018,10
2021	7.417,00

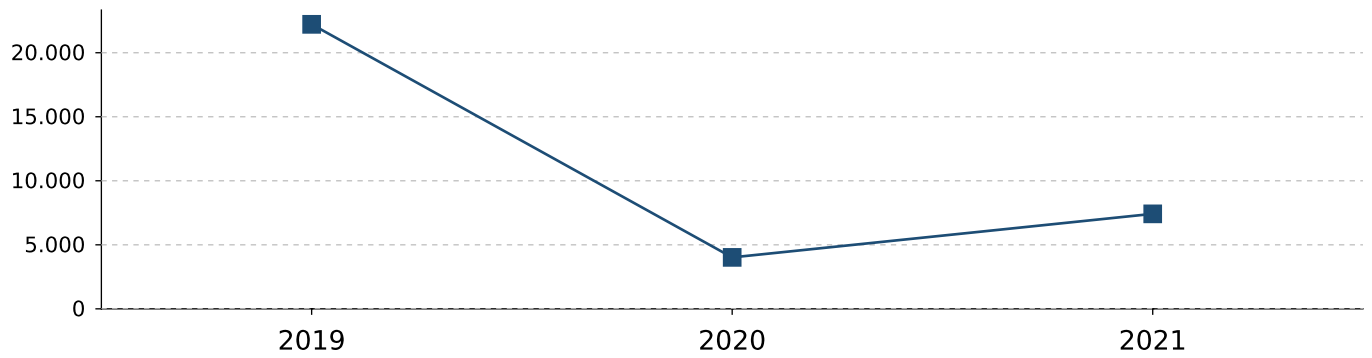
Nota Explicativa: O método de cálculo utilizado para projetar a despesa liquidada leva em consideração a divisão da despesa liquidada até o mês pelo número de meses atual, multiplicada pelos meses do exercício.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022





Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

14. Avaliação das Licitações e Contratações Diretas

O quadro a seguir apresenta a despesa empenhada da Câmara Municipal com contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação comparada com a despesa total empenhada.

DESPESA POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO	EMPENHADO	%
DESPESA EMPENHADA COMO CONCURSO	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO CONVITE	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO TOMADA DE PREÇOS	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO CONCORRÊNCIA	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO PREGÃO	46.340,00	8,30
DESPESA EMPENHADA COMO BEC-BOLSA ELETRÔNICA	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO REGIME CONTRATAÇÃO DIRETA	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO DISPENSA DE LICITAÇÃO (II) - Art.24	115.010,02	20,61
DESPESA EMPENHADA COMO INEXIGIBILIDADE (III) - Art.25	434,83	0,07
DESPESA EMPENHADA COMO OUTROS/NÃO APLICÁVEL	396.164,09	71,00
TOTAL DE DESPESA EMPENHADA (I)	557.948,94	
TOTAL DA DESPESA EMPENHADA SEM LICITAÇÃO (IV) = (II+III)		115.444,85
PERCENTUAL DESPESA SEM LICITAÇÃO = ((IV / I) * 100)		20,69 %

Conforme demonstrado no quadro acima, constata-se que até o período analisado, a Despesa Empenhada nas modalidades de licitação previstas nos artigos 24 e 25, da Lei Federal 8.666/93 representou **20,69%** da despesa total contratada.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

15. Avaliação de Estoques em Almoxarifado

15.01. Execução orçamentária x Repasse Financeiro

O quadro a seguir demonstra o valor autorizado na Lei Orçamentária para materiais de consumo, comparado com a despesa empenhada, liquidada e paga.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE BENS DE CONSUMO								
DESCRIÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%	
MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00	7.652,21	30,60	7.602,21	30,40	7.602,21	30,40	
TOTAL	25.000,00	7.652,21	30,60	7.602,21	30,40	7.602,21	30,40	
REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO						629.125,00		
PERCENTUAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS SOBRE REPASSE						1,20		

De acordo com o demonstrado acima, o valor empenhado, liquidado e pago com materiais de consumo representou até o período, respectivamente, **30,60%**, **30,40%** e **30,40%** da despesa autorizada para o exercício.

15.02. Variação do Estoque

Apresentamos a seguir as movimentações contábeis de entrada e saída de almoxarifado registrados no sistema de contabilidade e transmitido para o Sistema AUDESP.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO ATUAL
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P)	0,00	216,09	0,00	216,09
MATERIAL DE EXPEDIENTE (P)	0,00	392,70	0,00	392,70
TOTAL	0,00	608,79	0,00	608,79

Conforme exposto acima, constatamos que os registros de entradas totalizaram **R\$ 608,79**, as saídas representaram **R\$ 0,00** e o saldo em estoque para o mês seguinte é **R\$ 608,79**.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

16. Despesas com Adiantamento

O quadro a seguir apresenta o valor concedido, utilizado, devolvido e pendente de prestação de contas das despesas sob regime de adiantamento.

DESPESAS COM ADIANTAMENTO				
DESCRIÇÃO	CONCEDIDO	PENDENTE	UTILIZADO	DEVOLVIDO
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS NO PERÍODO	7.334,44	0,00	5.438,29	1.896,15



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

17. Processos Legislativos

O quadro a seguir demonstra as sessões legislativas realizadas e as proposituras que entraram na pauta no decorrer do mês.

Não foram realizados Processos Legislativos no período em Análise.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

18. Avaliação das Ações de Governo Previstas no Orçamento

O quadro a seguir apresenta o valor autorizado na Lei Orçamentária Anual destinados a Investimentos e Custeios, comparados com a despesa empenhada e liquidada.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO					1.041.000,00
AÇÕES DE GOVERNO					
ATIVIDADE	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	
2001-MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA UNIDADE	552.510,65	53,07	516.413,65	49,61	
TOTAL	552.510,65	53,07	516.413,65	49,61	
TOTAL GERAL	552.510,65	53,07	516.413,65	49,61	

Conforme apresentado no quadro acima, o valor empenhado e liquidado nas ações de governo de investimentos representou até o período, respectivamente, **0,00%** e **0,00%** do valor autorizado no orçamento. Referente as ações de governo com manutenção e custeio, certificamos que foi empenhado **53,07%** e liquidado **49,60%** do valor autorizado no orçamento.

Certifica-se que até o período analisado, a Entidade executou em investimentos e custeio o equivalente a **53,07%** do orçamento aprovado para o exercício.



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

19. Portal de Transparência

Em atendimento às leis 131/2009 e 12.527/2011, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analisamos a seguir a disponibilização das informações no Portal de Transparência do órgão.

INFORMAÇÕES NO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA	
Descrição	Situação
Ações e Programas - Art. 8º, § 1º, inciso V da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Não informado
Convênios - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Não informado
Despesas Públicas - Art. 48-A, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e art. 7º, Inciso II, do Decreto	Não informado
Despesas com diárias e passagens	Não informado
Despesas com Pessoal / Folha de Pagamento. Art. 7º, §2º, VI, do Decreto 7.724/2012	Não informado
Estrutura Organizacional - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Não informado
LDO, LOA e PPA - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Não informado
Licitações - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Não informado
Perguntas Frequentes - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Não informado
Prestação de Contas - Art. 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000)	Não informado
Receitas Públicas - Art. 48-A, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e art. 7º, Inciso II, do Decreto	Não informado
Regulamentação da Lei - Art. 45º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Não informado
Relatório de Acompanhamento de Projetos e Execução de Obras Públicas - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei	Não informado
RGF Relatório de Gestão Fiscal - Art. 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000)	Não informado
RREO Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Art. 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000)	Não informado
SIC Serviço de Informação ao Cidadão - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Não informado
Site (requisitos mínimos) - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Não informado



Camara Municipal de Divinolândia

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Julho de 2022

20. Conclusão

Mediante nossas análises para o período, não vislumbramos ocorrências relevantes que mereçam remessa deste relatório ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no entanto, o mesmo será submetido à análise do Chefe do Poder Legislativo.

E por ser a expressão da verdade, assinado o presente relatório de controle.

Atenciosamente.

Divinolândia, 31 de Julho de 2022.

Márcia Cristina Pópulo da Silva
Controle Interno

Dirceu José Silva Junior
Presidente Câmara